



MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL  
ENTREPEGA DA LEGISLAÇÃO E DEMOCRACIA

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

## MINISTÉRIO PÚBLICO

### Relatório anual de 2018



Sala de audiências do Tribunal Judicial de Nisa

A Magistrada do Ministério Público Coordenadora

Branca Maria Lima



MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL  
EM DEFESA DA LEGISLAÇÃO E DEMOCRACIA

**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

## **RELATÓRIO ANUAL - Índice**

### **I. Introdução**

### **II. Quadro de magistrados do Ministério Público**

#### **1. Quadro legal**

#### **2. Quadro necessário**

### **III. Quadro de técnicos de justiça**

#### **1. Quadro legal**

#### **2. Quadro necessário**

#### **3. Intervenção de equipas de recuperação de processos**

### **IV. Cumprimento de objectivos processuais**

#### **1. Antiguidade na pendência**

#### **2. Pendência**

#### **3. Utilização dos mecanismos de consenso e diversão**

### **V. Comparação da actividade processual do MP com referência ao ano judicial de 2017**

### **VI. Julgamentos nos Juízos locais**

**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

VII. Julgamentos no Juízo criminal

VIII. Redes de violência doméstica

IX. Eventos

X- Reuniões e representação em actos oficiais

XI-Conclusões

XII. Anexos:

Mapas constantes da Ordem de Serviço nº 8/14, de 13.11, da PGR

## **I-INTRODUÇÃO**

Nos termos do disposto na Ordem de Serviço nº 8/14, de 13.11, da PGR

"2. A elaboração e divulgação do Relatório Anual visam:

a) Prestar informação pública sobre a actividade do Ministério Público à luz das suas atribuições constitucional e legalmente definidas;

b) Avaliar como tal actividade foi desenvolvida, em que condições e os resultados obtidos, tendo em conta nomeadamente os objectivos estratégicos e processuais estabelecidos;





**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

c) Extrair conclusões relevantes para a acção futura.

3. O Relatório Anual do Ministério Público é um dos componentes da avaliação do funcionamento, do adequado cumprimento das competências e dos objectivos definidos para o sistema judiciário".

O presente relatório é elaborado em cumprimento do disposto nesta OS, incorporando e complementando o que já foi assinalado no relatório semestral apresentado.

Diga-se já que este foi um ano difícil a nível de gestão dos recursos humanos.

O juízo de competência genérica de Nisa esteve sem magistrado desde 8 de Janeiro de 2018, devido à ausência ao serviço, por gravidez de risco da magistrada do Quadro Complementar de Évora, Dr.<sup>a</sup> Rute Miguéis, que também estava a substituir a colega titular, igualmente de baixa por gravidez de risco, o que implicou que o serviço fosse assegurado, desde 8 de Janeiro de 2018 e até ao final do ano, pelas senhoras Procuradoras-Adjuntas colocadas no juízo local de Portalegre, Dr.<sup>as</sup> Maria de Fátima Coelho, Cátia Sofia Bértolo Neves e Vera Lúcia Costa, conforme ordens de serviço n.ºs 2 e 4 de 2018, da coordenação de Portalegre, obtida que foi autorização do CSMP para o efeito.

Também se sentiram dificuldades sérias na organização do serviço no



**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

juízo local de Elvas, dada a saída, em 11 de Maio de 2018, da Dr.<sup>a</sup> Maria Almeida, Procuradora-Adjunta do Quadro Complementar, que estava colocada na Procuradoria de Elvas a assegurar os julgamentos da área criminal atribuídos ao 2º juiz da área criminal, Dr. Miguel Ferreira, bem como o despacho de inquéritos.

Nunca é demais salientar a importância de Elvas na pendência global da comarca.

É o núcleo mais exigente da comarca, a demandar uma permanente intervenção e atenção e que deveria ser devidamente nivelado por outras unidades orgânicas a nível nacional, de modo a criar-se um quadro de magistrados e funcionários adequado às exigências de serviço.

As magistradas que aí prestaram serviço durante o ano fizeram-no com espírito de sacrifício, tentando cumprir o determinado na OS nº 5/2018 e manter as pendências a níveis o mais equilibrado possível, pelo que também não é demais salientar aqui esse esforço, que viria a reflectir-se nos resultados anuais.

Também já em Setembro de 2018, o Exmo. Senhor Procurador da República, Dr. Carlos Ferreira esteve de baixa, por doença, desde 17 de Setembro de 2018 até 31 de Outubro de 2018.

Aquando da baixa médica do Dr. Carlos Ferreira estava a decorrer o julgamento do processo nº 248/12.5TAELV, processo de grande complexidade, o que implicou que o Exmo. Senhor Procurador-Geral

**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

Distrital de Évora nomeasse o magistrado que fez a investigação e deduziu a acusação, Dr. Nuno Rebocho da secção distrital do DIAP de Évora, para assegurar a representação do Ministério Público.

A representação do Ministério Público em julgamento viria a ser assegurada em parte pelo referido magistrado ou pela signatária consoante a disponibilidade do Dr. Nuno Rebocho até ao início de Novembro de 2018, altura em que o Dr. Carlos Ferreira regressou ao serviço.

A Magistrada do Ministério Público Coordenadora assegurou ainda, durante esse período, o serviço do Juízo Central Cível e Criminal de Portalegre, cabendo ao Senhor Procurador da República, Dr. José Mourato, assegurar os actos urgentes e inadiáveis.

De salientar ainda que foi necessário solicitar a intervenção de equipas de recuperação processual para descongestionar as secções do Ministério Público de Elvas e de Ponte de Sor.

Ponte de Sor também foi um foco de preocupação, devido às inúmeras deficiências no cumprimento dos processos, com atrasos assinaláveis, a que não será alheio o facto de continuar sem um técnico de justiça adjunto desde Setembro de 2017, como adiante melhor se especificará.



**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

## **II. QUADRO DE MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO:**

1.No presente semestre o quadro de magistrados do Ministério Público esteve preenchido conforme se descrimina no quadro que segue:

Juízos locais	Magistrados
Elvas	4 Procuradoras-adjuntas até 10 de Maio de 2018 3 Procuradoras-Adjuntas desde 11 de Maio de 2018
Nisa	1 Procurador-Adjunto até 8 de Janeiro de 2018
Ponte de Sor	2 Procuradores-Adjuntos
Portalegre	3 Procuradoras-Adjuntas
Fronteira	1 Procuradora-Adjunta
Juízos Centrais	2 Procuradores da República

Devido à ausência ao serviço da magistrada que estava a assegurar o serviço de Nisa, Dr.<sup>a</sup> Rute Miguéis, o serviço foi assegurado, desde 8 de

**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

Janeiro de 2018 e até ao final do ano, pelas senhoras Procuradoras-Adjuntas colocadas no juízo local de Portalegre, Dr.<sup>as</sup> Maria de Fátima Coelho, Cátia Sofia Bértolo Neves e Vera Lúcia Costa, conforme ordens de serviço n.ºs 2 e 4 de 2018, da coordenação de Portalegre, obtida que foi autorização do CSMP para o efeito.

Em 11 de Maio de 2018 a Dr.<sup>a</sup> Maria Almeida, Procuradora-Adjunta do Quadro Complementar, que estava colocada na Procuradoria de Elvas a assegurar os julgamentos da área criminal atribuídos ao Dr. Miguel Ferreira, bem como o despacho de inquéritos, foi colocada noutra comarca.

Foi então necessário distribuir o serviço por todas as restantes magistradas de Elvas, nos termos constantes da OS n.º 5/2018.

## **II.2 Quadro necessário**

A comarca de Portalegre é uma das três únicas comarcas do país onde não existe especialização nas áreas de família e menores, cível e comércio.

Abrange 15 concelhos, cada um com uma CPCJ.

Para além da interlocução com cada uma destas CPCJ, do acompanhamento e visitas a 6 casas de acolhimento de crianças e jovens, os magistrados colocados nos Juízos locais têm ainda de assegurar a sua presença em reuniões dos CMS sempre que convocados em cada um dos 15



**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

concelhos.

O volume processual da comarca onerado com a falta de especialização e com o trabalho de representação do MP junto da comunidade, imporiam que o quadro de procuradores-adjuntos fosse alterado prevendo-se no mínimo a colocação de 12 magistrados nos Juízos Locais, assim repartidos:

Elvas	4
Fronteira	1
Ponte de Sor	2
Portalegre	4
Nisa	1

### **III. QUADRO DE TÉCNICOS DE JUSTIÇA:**

#### **III.1 Quadro legal**

De 16 técnicos de justiça previstos na Portaria 93/2017, de 06.03, apenas estiveram em funções 14.



**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

Juízos locais	Quadro legal	Em exercício de funções
Elvas	3 (1 Técnico de Justiça adjunto e 2 auxiliares)	4
Fronteira	2 Técnicos de Justiça-adjuntos, sendo um em Avis	1
Ponte de Sor	2 (1 Técnico de Justiça adjunto e 1 Técnico de Justiça auxiliar)	1
Portalegre	6 (1 Técnico de Justiça principal, 3 Técnicos de Justiça adjuntos e 2 Técnicos de Justiça auxiliares)	6
Nisa		1
Juízos centrais		1

**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

### **III.2 Quadro necessário**

Como vem sendo enfaticamente assinalado em relatórios anteriores, a falta de um Técnico de Justiça Principal em Elvas, que é o núcleo com maior número de inquéritos da comarca, é uma enorme lacuna na organização judiciária.

No entanto, neste momento, já sabemos que o lugar foi finalmente criado, estando para breve a publicação do correspondente diploma legal.

Acresce que vêm sendo evidenciadas notórias e sérias dificuldades nos serviços do Ministério Público de Elvas no cumprimento atempado do serviço distribuído aos senhores oficiais de justiça, pelo que o quadro necessário deveria ser o mesmo dos serviços do Ministério Público de Portalegre:

**Proposta de quadro de quadro de técnicos de justiça para ELVAS:**

- **6 (1 Técnico de Justiça principal, 3 Técnicos de Justiça adjuntos e 2 Técnicos de Justiça auxiliares).**

Em Ponte de Sor verificaram-se notórias dificuldades resultantes da transferência, em Setembro de 2017, de um senhor Técnico de Justiça-adjunto para outro tribunal, sem que, no seu lugar, fosse colocado outro Técnico de Justiça-adjunto.

Também aí valeu o apoio de uma Escrivã- auxiliar, face ao não preenchimento da vaga de Técnico de Justiça-Adjunto.

Pese embora a ajuda da senhora Escrivã-auxiliar, é imperativo o



**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

preenchimento da vaga de Técnico de Justiça-Adjunto, para colmatar as deficiências existentes.

### **III. 3 INTERVENÇÃO DE EQUIPAS DE RECUPERAÇÃO PROCESSUAL**

- De salientar que durante o ano foi pedida a intervenção de equipas de recuperação processual, atenta a situação alarmante dos serviços do Ministério Público de Elvas e Ponte de Sor.
- Assim em 26/09/2019 foram enviados para a equipa de Recuperação 438 inquéritos de Elvas e 96 de Ponte de Sor.
- A 12/12/2018 foram enviados mais 26 inquéritos de Elvas.

## **IV- Cumprimento dos objectivos processuais**

### **1. Antiguidade na pendência**

#### **A.1 Objectivos processuais.**

Para este ano judicial foram fixados, entre outros, os seguintes objectivos processuais:

“Reduzir o número de processos pendentes instaurados antes de 2016”

**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

“Incrementar o uso de mecanismos de consenso e diversão: suspensões provisórias, processos abreviados e sumaríssimos”.

Em 31/12/2018 mostravam-se pendentes 67 inquéritos instaurados antes de 2016 conforme mapa que segue:

Inquéritos anteriores a 2015	Inquéritos 2015	Juízos
<b>8</b> (2 de 2011; 2 de 2012; 4 de 2014)	24	Elvas
<b>2</b> (2 de 2014)	9	Portalegre
0	0	Nisa
<b>2 de 2014</b>	19	Ponte de Sor
0	3	Fronteira

No decurso do presente ano judicial houve pois uma evidente recuperação de processos que se mantinham em investigação com prazos razoáveis claramente ultrapassados e que agora se cifram em 1,33% da totalidade dos inquéritos pendentes em 31/12/2018.

**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

## **2. Pendência**

No ano de 2018 deram entrada 3863, tendo-se findado 3929.

Pendentes para 2019 ficaram 2838.

Entrados	Findos				Pendentes
3863	Acusados	Arquivados	Outros motivos	Totais findos	2838
	586	2974	214	3929	

**Cartas rogatórias:** foram cumpridas 14 cartas rogatórias.

Foram expedidas

**Instrução criminal:** foram requeridas 49 instruções, sendo 30 pelo arguido e 19 pelo assistente.

**Intervenções hierárquicas:** Houve doze pedidos de intervenção hierárquica, o que demonstra que as decisões proferidas pelo Ministério Público têm sido bem acolhidas na comunidade.



**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

**Processos administrativos:** Foram instaurados 580 processos administrativos, sendo 575 com vista a intervenção processual e os restantes para acompanhamento de outros processos.

**Acções cíveis:** foram instauradas 151 acções cíveis pelo Ministério Público, sendo 149 interdições, na defesa de incapazes e ausentes.

Deram entrada 15 procedimentos previstos no Dec. Lei 272/2001.

Foram proferidos 72 pareceres na regulação do exercício das responsabilidades parentais.

Foram instauradas 13 averiguações oficiosas de paternidade.

Foram instaurados 91 processos de promoção e protecção, sendo 75 a requerimento do Ministério Público.

Foram instaurados 92 inquéritos tutelares educativos.

No total deram entrada 566 processos respeitantes a acções tutelares cíveis e incidentes.

Foram reclamados créditos no valor total de € 1 338 070,55.

Foram propostas 14 acções laborais e deram entrada 158 processos de acidente de trabalho, cinco dos quais mortais.

**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

### **3.Mecanismos de consenso e diversão**

No decurso do ano atingiu-se uma percentagem total de 37, 50% do total da indicição (586 acusações mais 155 suspensões provisórias) na utilização dos mecanismos de consenso e diversão, manifestamente inferior à do ano transacto que ascendeu a 44% da indicição, conforme descrito no quadro que segue.

Suspensões provisórias	Sumaríssimo	Abreviado
155	81	38
21,00%	11%	5,5%

Esta diferença deve-se a uma menor percentagem de aplicação de suspensões provisórias e do processo sumaríssimo, a merecer reflexão, mas sem qualquer significado de relevo e facilmente superável desde que se justifique a aplicação do mecanismo.

### **V. COMPARAÇÃO DA ACTIVIDADE PROCESSUAL DO MP COM REFERÊNCIA AO ANO JUDICIAL DE 2017:**

No período de 01.01.2018 a 31.12.2018 deram entrada 3863





**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

inquéritos, uma percentagem ligeiramente inferior à do ano anterior (2,8%).

No essencial, a criminalidade participada diminuiu em quase todos os juízos, apenas tendo sofrido um aumento no Juízo local de Elvas e no Juízo local de Portalegre (sem relevo), tal como decorre dos mapas que se seguem:

Unidades orgânicas	2017	2018	Diferença
Elvas	1465	528	+ 4%
Fronteira	535	462	-13,6%
Nisa	232	233	+1%
Ponte de Sor	738	624	-15,6%
Portalegre	1004	1016	+1%



**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

## **VI. JULGAMENTOS NOS JUÍZOS LOCAIS:**

Foi requerido julgamento em Tribunal Singular em 624 inquéritos, sendo 431 em processo comum, 68 em processo sumário, 41 em processo abreviado e 84 em processo sumaríssimo.

Nos 5 juízos locais - Elvas, Fronteira, Ponte de Sor, Portalegre e Nisa - e no decurso do ano judicial, foram julgados 610 processos-crime.

Houve um total de 558 condenações (91,5% de percentagem dos julgados) e 52 absolvições.

## **VII. JULGAMENTOS NO JUÍZO CENTRAL CRIMINAL:**

No decurso do ano judicial, foram proferidos 27 acórdãos, 25 destes condenatórios (93% de percentagem dos julgados).

## **VIII. REDES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

A 24.01.2017 foram assinados dois protocolos para uma estratégia de combate à violência doméstica e de género, com a Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade, as 15 câmaras municipais do distrito de Portalegre, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, o Centro

**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

Distrital de Segurança Social de Portalegre, a procuradoria da Comarca de Portalegre, a Delegação Regional do Alentejo do Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direcção de Serviços da Região Alentejo, a Direcção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, a Administração Regional de Saúde do Alentejo, as 15 CPCJ do distrito, o Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana de Portalegre, o Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública de Portalegre, o Instituto Politécnico de Portalegre, a Federação dos Bombeiros Voluntários de Portalegre, a Associação Portuguesa de Apoio a Vítima e a Cruz Vermelha Portuguesa.

Tais redes tiveram já reuniões, com a presença do Ministério Público, para delinear formas e objectivos de articulação e de actuação.

## **IX- EVENTOS**

Durante o ano a signatária participou, como oradora, numa acção de formação organizada pela PSP de Portalegre, em 15/05/2018, subordinada ao tema “Crimes contra animais de companhia”, bem como numa acção organizada pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Portalegre do Instituto Politécnico de Portalegre, subordinada ao tema “Educação e Protecção de Jovens e Crianças em risco”, nos dias 11 e 12 de Abril de 2018.



**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

No dia 12 de Outubro de 2018 tiveram lugar as I Jornadas contra a Violência, promovidas pela APAV, no teatro-cinema de Ponte de Sor e que contaram com a participação da Magistrada do Ministério Público Coordenadora e da Exma. Senhora Procuradora-Adjunta Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Coelho, como moderadora e oradora, respectivamente.

Nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2018 a Santa Casa da Misericórdia organizou o 1º Congresso de Infância e Juventude em Risco-Percursos no Acolhimento Residencial, no Auditório Guy Fino, em Portalegre, que contou com a participação da Magistrada do Ministério Público Coordenadora e da Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Coelho, Procuradora-Adjunta no juízo de competência genérica de Portalegre, que intervieram no painel “Justiça-Olhares sobre a Infância e Juventude em Risco”, como oradora e moderadora, respectivamente.

A Magistrada do Ministério Público Coordenadora participou ainda no 15º aniversário da CPCJ de Avis, no auditório Municipal Ary dos Santos, em Avis.

**X- Reuniões e representação em actos oficiais :**

Durante o ano houve reuniões de trabalho com os magistrados, sempre que se justificou.



**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

Os membros do Conselho de Gestão também reuniram com representantes de diversas entidades (órgãos de polícia criminal, Segurança Social, Gabinete Médico-Legal, gabinetes de apoio à vítima e CPCJ) e asseguraram a representação do Tribunal em cerimónias oficiais.

A Exma. Sra. Conselheira Procuradora Geral da República, Dr.<sup>a</sup> Joana Marques Vidal, o Exmo. Senhor Vice-procurador Geral da República, Dr. Adriano Cunha, o Exmo. Senhor Procurador-geral Distrital de Évora, Dr. Alcides Rodrigues e o Exmo. Senhor Procurador-Adjunto, Dr. David Albuquerque, todos ilustres membros do Conselho Superior do Ministério Público, visitaram a Comarca no dia 22 de Junho de 2018, reunindo com entidades e Magistrados, a que se seguiu um almoço de convívio.

No dia 22 de maio de 2018 a comarca recebeu a visita de trabalho do Sr. Presidente e do Sr. Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura ao Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre, seguida de almoço.

Os membros do Conselho de Gestão acompanharam a visita aos Palácios da Justiça de Elvas e Ponte de Sor do vogal do IGFEJ Sr. Eng.º Vasco Costa e respectiva delegação, destinada a avaliar o estado dos edifícios e a viabilidade de execução dos estudos elaborados pela DGAI.

**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

**XI- Conclusões**

1. Os objectivos processuais definidos para o corrente ano judicial têm vindo a ser alcançados, sendo agora residual o número de processos anteriores a 2016.

2. A criminalidade participada, em relação ao mesmo período de 2016, diminuiu em quase todos os juízos, à excepção de Elvas e, em menor percentagem, Portalegre.

3. Houve uma diminuição na utilização dos mecanismos de consenso e diversão na ordem dos 6,5%, mas sem significado relevante.

4. O número de processos em que foi deduzida acusação correspondeu a 15,2% do total de processos findos.

5. Nos juízos locais e no juízo central criminal a taxa de condenações foi de 93%.

6. A taxa de resolução processual foi de 101,70%.

Portalegre, 19 de Fevereiro de 2019

A Magistrada do Ministério Público Coordenadora

(Brança Maria Lima)